

Contestada a eliminação do déficit a partir de 87

A eliminação do déficit em conta corrente a partir de 1987, meta prevista nos compromissos assumidos pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional e reafirmada pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, dificilmente será alcançada, mesmo que até lá a economia nacional seja mantida em recessão. Para o economista José Paschoal Rossetti, professor da Universidade Mackenzie, há uma série de fatores que tornam praticamente impossível alcançar esse objetivo.

Após assinalar que a principal conta que onera a balança de transações correntes são os juros que incidem sobre a dívida externa (US\$ 11,4 bilhões em 1982 e US\$ 9,6 bilhões em 83), Rossetti salientou que essas despesas continuarão altas a não ser que os juros caíam no mercado financeiro internacional ou que o País adote um tratamento mais rígido em relação às remessas de lucros, o que, na sua opinião, seria uma medida desastrosa porque desestimularia ainda mais os investimentos de riscos no País.

Para reduzir o déficit em transações correntes, Rossetti considera que o Brasil teria de dificultar ainda mais os contratos de compra de tecnologia, comprometendo o desenvolvimento tecnológico e a competitividade das exportações brasileiras. No que se refere à balança comercial, as importações teriam de continuar comprimidas, prolongando a recessão.

Mesmo que essas medidas fossem adotadas, seria difícil gerar o déficit em conta corrente até 1987 porque a dívida bruta continuará

crescendo nos próximos três anos, com impacto sobre os gastos com juros: "Estamos assim correndo atrás de uma meta que se distancia de maneira mais acelerada que nossa capacidade de persegui-la", disse Rossetti.

Para reduzir o nível do endividamento externo, o economista do Mackenzie entende que o Brasil, além de tentar conter o déficit em conta corrente, deveria também estimular o ingresso de capital de risco para substituir parte da tomada de recursos em forma de empréstimo. De acordo com seus cálculos, desde o final da II Guerra Mundial até o ano passado, o Brasil recebeu US\$ 285 bilhões, dos quais apenas US\$ 35 bilhões na forma de investimentos.

MAIS RECESSÃO

Para o deputado estadual Milton Baldochi, membro da comissão de finanças da Assembleia Legislativa de São Paulo, o presidente do Banco Central foi coerente com o que está previsto na quinta carta de intenção ao FMI e não poderia, em seu depoimento, contradizer o que está previsto nesse documento. O deputado rejeita porém que o governo continue insistindo numa política econômica recessiva para tentar honrar os compromissos externos.

Baldochi entende que a redução dos gastos com importação de petróleo contribuirá para aliviar o déficit em conta corrente, mas considera muito arriscado insistir em medidas recessivas que agravem o desemprego e, inclusive, reduzam a própria capacidade de o País gerar recursos para pagar os compromissos externos.